



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL**

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Comarca/Juízo: <b>Comarca de Santarém/PA</b>
Polo/Região Judiciária: <b>Baixo Amazonas</b>
Magistrado(a) corrigente: <b>LUCIO BARRETO GUERREIRO</b>

<b>EDITAL DE CORREIÇÃO N. 009/2023-CGJ</b>
Data da publicação: 02/08/2023
Data da abertura da correição: 16 de novembro de 2023
Data do encerramento da correição: 16 de novembro de 2023
Observações:

<b>DADOS GERAIS DA SERVENTIA</b>	
Nome oficial da serventia: <b>CLARINDO FERREIRA DE ARAÚJO FILHO</b>	
Código Nacional da Serventia (CNS): 067843	CNPJ:30.700.451/0001-00
Endereço: Travessa Turiano Meira, nº 577, Bairro Santa Clara, Santarém-PA, CEP 68.005-430	
Telefone fixo:(93) 3522-1987	Celular:(93) 98131-6443, (93) 98811-0076
e-mail: <a href="mailto:contato@cartorio1santarem.com.br">contato@cartorio1santarem.com.br</a>	Celular Plantão (RCPN): Não
<b>ATRIBUIÇÕES</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> Tabelionato de Notas <input type="checkbox"/> Tabelionato de Protesto <input checked="" type="checkbox"/> Registro de Imóveis <input type="checkbox"/> Registro de Títulos e Documentos	<input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Naturais <input type="checkbox"/> Registro Civil das Pessoas Jurídicas <input type="checkbox"/> Registro de Distribuição

**DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)</b>	
<b>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Clarindo Ferreira Araújo Filho</b>	
Status do(a) responsável: <input checked="" type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Interino(a) <input type="checkbox"/> Interventor(a)	CPF: 747.031.106-87
Endereço: Travessa Turiano Meira, 577, Bairro Santa Clara, Santarém/PA, CEP 68.005-430	Ato de nomeação: Portaria nº 1.002, de 13/03/2020, publicada no Diário da Justiça – DJ 6.856, em 16/03/2020 Data da posse / exercício: 01/04/2020
Telefones: (93) 3522-1987	E-mail: <a href="mailto:clarindoaraujo@yahoo.com.br">clarindoaraujo@yahoo.com.br</a>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL</b>	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Evaldo Rosano Ferreira de Araújo, Erika Araújo de Castro	
CPF: 338.101.506-06 030.024.401-08	Portaria de designação: Ato Administrativo nº 007/2020, em 01/09/2020 Portaria de designação: Ato Administrativo nº 0017/2021, em 13/07/2021
Endereço: Avenida Dr. Anísio Chaves, nº 1316, apto 301, Bairro Jardim Santarém, Santarém/PA, CEP 68.030-360	Telefones: (93) 3522-1987 E-mail: <a href="mailto:contato@cartorio1santarem.com.br">contato@cartorio1santarem.com.br</a>
Endereço: Travessa Turiano Meira, 1397, Bairro Santíssimo, Santarém/PA, CEP 68.010-060	e-mail: <a href="mailto:evaldorfaraujo@gmail.com">evaldorfaraujo@gmail.com</a> e-mail: <a href="mailto:castro.eac@gmail.com">castro.eac@gmail.com</a>
<b>1</b>	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art. 24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo: Observações/Providências:
<b>PREPOSTOS</b>	
<input type="checkbox"/> Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
<b>2</b>	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO</b>	
<b>5</b>	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>9</b>	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>10</b>	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>11</b>	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>12</b>	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>13</b>	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>14</b>	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO</b>	
<b>15</b>	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>16</b>	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal em conjuntamente com o titular? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>17</b>	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>18</b>	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>19</b>	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>20</b>	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>21</b>	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>22</b>	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>26</b>	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>27</b>	Existem práticas viciosas a serem coibidas? ( ) SIM    (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO</b>	
<b>28</b>	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>29</b>	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>30</b>	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>31</b>	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>32</b>	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>33</b>	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>34</b>	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? (X) SIM    ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>35</b>	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 149/2023 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>36</b>	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (X) SIM      ( ) NÃO      ( ) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>37</b>	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>38</b>	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>39</b>	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>40</b>	A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)  ( ) SIM      (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS</b>	
<b>41</b>	A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>42</b>	Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>43</b>	Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).  ( ) SIM      (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>44</b>	No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (X) SIM      ( ) NÃO <sup>a</sup> Vara  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>45</b>	Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>46</b>	Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>47</b>	A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>48</b>	A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) ( ) SIM (X) NÃO  Observações/Providências:
<b>49</b>	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>50</b>	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>51</b>	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>52</b>	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). ( ) SIM (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>CERTIDÕES NEGATIVAS</b>	
<b>53</b>	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? ( ) SIM ( ) NÃO (X) INAPLICÁVEL  Observações/Providências:
<b>54</b>	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>55</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? ( ) SIM (x) NÃO  Observações/Providências:
<b>56</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>57</b>	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>58</b>	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>59</b>	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>60</b>	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>61</b>	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA</b>	
<b>62</b>	O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta? (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>63</b>	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>64</b>	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a existência ou inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>65</b>	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>66</b>	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art.145, caput) (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>67</b>	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>68</b>	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ? (X) SIM ( ) NÃO ( ) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
<b>PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)</b>	
<b>69</b>	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)  
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)  
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

SIM  NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

SIM  NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:\*

2 Megabits  5 Megabits  10 Megabits  Mais de 10 Megabits

Observação:

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

SIM  NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

SIM  NÃO

Observação:

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

inexistente  físico  virtual

Observação: Possui armazenamento físico QNAP.

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

SIM  NÃO

Observação: Google Cloud e MEGA

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

SIM  NÃO

Observação: Servidores Replique.

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

SIM  NÃO

Quantos? Impressoras não fiscais (06); multifuncional (07); escaners (11), impressoras normais (03)

Observação:

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

SIM  NÃO

Observação:

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

SIM  NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

SIM  NÃO. Especificar

Observação: Assina; Cash; Notas; Register; E-selo; Firewall; Antivirus; Office; Sistema de Senha e Sistema Operacional.

Possui software antivírus e antissequestro?

SIM  NÃO

Observação: Possui o antivírus Karpesky

Possui firewall?

SIM  NÃO

Observação: Sim. Sophos.

Possui proxy?



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

	<p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observação: A solução de firewall Sophos que utiliza disponibiliza ferramentas de segurança como next-gen firewall, web application firewall, intrusion prevention system e advanced threat protection, autenticação via active directory, ATP e Segurança Heartbeat, e proxy totalmente transparente de alto desempenho para anti-malware e filtragem na web.</p> <p>Possui banco de dados?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte?</p> <p>Observação:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD</b>	
<b>71</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>72</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>73</b>	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>74</b>	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>75</b>	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)</b>	
<b>76</b>	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Integrado a ONR e portanto ao SERP.</p>
<b>TÓPICO DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>78</b>	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>(X) SIM ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>79</b>	Outras observações:
-----------	---------------------

**MODELO DE RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – REGISTRO DE IMÓVEIS**

<b>REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS</b>	
<b>1</b>	Os títulos apresentados são protocolizados no momento de sua entrada na Serventia, consoante o disposto no art. 182 da Lei Federal 6.015/73, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 12 daquela Lei?? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	É fornecida à parte documento comprobatório do protocolo dos títulos contendo seu número de ordem? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	A escrituração do Livro nº 01 – Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 184 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	Na escrituração do Livro n. 01 – Protocolo - tem-se observado o disposto no art. 175 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	São canceladas as prenotações, decorridos 20 (vinte) dias do seu lançamento no Protocolo, dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender às exigências legais, consoante o disposto no art. 205 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	Na escrituração do Livro n. 02 – Registro Geral - tem-se observado o disposto no art. 176 da Lei Federal n. 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do “Livro nº 4 – Indicador Real” (art. 173, inciso IV, e art. 179 da Lei Federal 6.015/73) e do “Livro nº 5 – Indicador Pessoal” (art. 173, inciso V, e art. 180 da Lei Federal 6.015/73), os quais poderão ser substituídos pelo sistema de fichas? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>9</b>	Para os atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento) prevista no art. 290 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM      ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos loteamentos, consoante o disposto no art. 18 da Lei Federal 6.766/79 e incorporações imobiliárias, cf art. 32 da Lei 4591/64?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Em relação à pergunta anterior, no caso de não serem regularmente apresentados os documentos exigidos, o oficial fez o registro, ou suscitou dúvida na forma devida?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>Para individualização e discriminação das unidades imobiliárias, é observado o disposto no art. 44 Lei 4.591/64?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>É encaminhada à Secretaria da Receita Federal a “Declaração sobre Operações Imobiliárias – DOI”, consoante o disposto no art. 15 do Decreto-Lei nº 1.510/76 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Definida nova circunscrição geográfica do imóvel matriculado, o oficial da nova circunscrição encaminha, por meio de ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão da abertura da matrícula ao oficial da circunscrição anterior, a fim de que este proceda à respectiva averbação, acompanhado dos emolumentos e taxas devidos, cobrados do interessado na abertura da nova matrícula?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>Na hipótese acima, o ofício e a respectiva certidão são arquivados em ambos os serviços registrais, sendo que o receptor arquiva os originais e o expedidor uma cópia?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>São observadas as disposições dos arts. 878 do CN referentes às aquisições de imóveis rurais por estrangeiros?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Todas as aquisições e arrendamentos de imóveis rurais por estrangeiros são trimestralmente comunicadas ao INCRA e mensalmente à Corregedoria-Geral de Justiça? Conforme determina o art. O art. 879 do CNSNR/PA. Elas têm sido atualizadas no CNIB?</p> <p>( ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites tem observado as disposições do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>( ) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>20</b>	<p>São atendidas as determinações do <b>provimento nº 89/2019 (CNJ)</b> relativas ao Sistema de Registro Eletrônico de imóveis - SREI, quanto as digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e carga das informações?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>21</b>	As notas de exigências são apresentadas de forma clara, de uma única vez, com a indicação expressa da regra legal ou administrativa, ou princípio jurídico que o fundamente, conforme exigido pelo Provimento 07/2022-CGJ? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>22</b>	O procedimento de suscitação de dúvida obedece as determinações do art. 198 da Lei 6015/73? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>23</b>	São adotadas todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento do art. 231, § 6º, da CF/88; art. 246, §§ 3º e 4º, e art. 250, IV, da Lei n.º 6.015/73, para que sejam declarados nulos e ineficazes os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio ou a posse de terras indígenas? (Meta 17 do CNJ) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>24</b>	O oficial apura e recolhe a cota de participação do FIC/SREI, efetuando o pagamento até o último dia de cada mês?(Provimento CNJ nº 115/2021) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>25</b>	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ e consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>26</b>	O Cartório verifica diariamente a Central de Indisponibilidade de bens (CNIB)? (X) SIM      ( ) NÃO Consignar data do último acesso: ____ / ____ / ____  Observações/Providências:
<b>27</b>	A serventia extrajudicial cumpre o art. 8º do Provimento 39 do CNJ e verifica, pelo menos na abertura e uma hora antes do encerramento do expediente, se existe comunicação de indisponibilidade de bens para impressão ou importação (XML) para seu arquivo, visando o respectivo procedimento registral? (CNJ, Prov. n. 39/2014) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>28</b>	O cartório mantém livro auxiliar atualizado para o cumprimento do disposto no artigo 10 da Lei nº 5.709/1971? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>29</b>	O Oficial tem procedido às averbações de bloqueio e cancelamento determinadas pelos Provimentos nº 13/2006-CJCI e 02/2010-CJCI, bem como intimado o interessado para formalizar a requalificação de que trata o Provimento Conjunto nº 006/2023-CRMB/CJCI? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>30</b>	O Oficial mantém registro em banco de dados próprio e no SIAE (instrução 02/2021-CGJ) das averbações de bloqueio, desbloqueio, cancelamento e requalificação efetuadas? (pedir para ver os controles) (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>31</b>	O oficial está cumprindo as disposições do Provimento 08/2021-CGJ, que alterou a redação do art. 5º do Provimento Conjunto 08/2013-CJCI/CRMB e mantendo banco atualizado relacionando as matrículas abertas bloqueadas, desbloqueadas, canceladas e requalificadas com base nas disposições do referido ato normativo? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>32</b>	Estão sendo praticados os respectivos atos eventualmente existentes na CNIB (ordens e cancelamentos), dentro do prazo disposto em lei? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:
<b>33</b>	O Cartório acessar diariamente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), verificando todas as solicitações existentes: Pedidos de certidões, E-protocolo, pesquisa de bens, penhora online, intimações e ofícios? (X) SIM      ( ) NÃO  Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>34</b>	As solicitações recebidas pelo portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR) são atendidas/prenotadas no mesmo dia? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>35</b>	O Cartório está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas (Exportador de Imagens) para a ONRcom seus atos devidamente atualizados? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>36</b>	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>37</b>	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>38</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correição anterior? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS**

<b>TABELIONATO DE NOTAS</b>	
<b>1</b>	A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>2</b>	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>3</b>	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>4</b>	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>5</b>	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>6</b>	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>7</b>	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>8</b>	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>9</b>	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>10</b>	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>11</b>	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>12</b>	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>13</b>	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>14</b>	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>15</b>	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil,</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>16</b>	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>17</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( ) SIM      (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>18</b>	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p>( ) SIM      (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
<b>19</b>	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta no banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício?</p> <p>(X) SIM      ( ) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

<b>20</b>	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? ( ) SIM (X) NÃO Observações/Providências:
<b>21</b>	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>22</b>	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>23</b>	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>24</b>	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>25</b>	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) _____/_____/_____ Observações/Providências:
<b>26</b>	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (X) SIM ( ) NÃO Observações/Providências:
<b>27</b>	Providências a serem adotadas:

**OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:**

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro de Imóveis de Marabá (CSN 067843), ocorreu no dia 16/11/2023.

A serventia encontra-se provida, tem como Titular o Dr. Clarindo Ferrera de Araújo Filho e possui as atribuições de Notas e de Registro de Imóveis.

Os prepostos da serventia trabalham de 08:30 às 17:00 hs, com uma hora de intervalo. O



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

horário de atendimento ao público é de 09:00 às 16:00 hs.

Em correição, foram apresentadas as portarias de designação dos Oficiais Substitutos, bem como livro específico, com todos os atos de designação de escreventes e substitutos.

A serventia possui 67 (sessenta e sete) prepostos, todos possuem pasta individualizadas. Feita a análise, por amostragem, constatou-se a existência de ficha de cadastro, curriculum e contrato de confiabilidade.

A serventia encontra-se identificada. Na fachada do prédio constam todos os serviços disponíveis, porém falta acrescentar informação sobre o e-mail.

Durante a correição, foram apresentados os Alvarás de Funcionamento emitidos pela Prefeitura e Corpo de Bombeiros. O Oficial foi orientado a fixar tais documentos no quadro de avisos da serventia.

As instalações da serventia são excelentes. O mobiliário é ergonômico e apresenta bom estado de conservação, suas acomodações proporcionam segurança ao arquivamento de livros e documentos.

A serventia oferece acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais.

O espaço destinado ao atendimento ao público é adequado, de modo a proporcionar, conforto, proteção e segurança. Há distribuição de senhas, através de sistema informatizado, havendo respeito às prioridades legais.

O Oficial Registrador/Tabelião afirmou comparecer diariamente ao cartório.

A tabela de emolumentos encontra-se fixada no quadro de avisos, de fácil acesso ao público.

O sistema de recibos é automatizado, impresso no caixa após a realização de cada serviço. No momento da correição, realizada a análise de um recibo emitido, notou-se a existência de informações relativas aos valores dos emolumentos, das taxas de fiscalização do FRJ e FRC, bem como dos selos de segurança utilizados nos atos.

É grande o número de suscitações de dúvidas realizadas pelo Titular da serventia, eis que muitos usuários não concordam com as exigências feitas no cartório, de modo que preferem suscitar dúvida ao invés de cumpri-las.

A serventia faz backup pelo servidor central, através de módulos (Register – RI, Assina – Notas e Cash Financeiro). Possui uma base de dados (SGDB), que replica em tempo real em outro servidor (e-replique). Além disso, é feito backup em discos externos e em servidor de backup em nuvem (Google Cloud e Mega).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Em correição, foi apresentado o Livro Diário Auxiliar de Receita e Despesa, feita a análise, verificou-se que é possível identificar os atos praticados, em observância às normas disciplinadoras da matéria.

A serventia utiliza o sistema SCRIBA, no qual consta o Livro de Controle de Depósito Prévio.

Por ocasião da correição, realizada consulta ao sistema Justiça Aberta do CNJ, constatou-se que esse encontra-se devidamente alimentado com os dados referentes à arrecadação semestral da serventia.

A serventia possui registro eletrônico de todos os atos notariais e de registro. A empresa Digi Quality fez o serviço, tendo sido apresentada a certidão da empresa responsável, a qual se encontra anexada ao presente relatório.

Observou-se que não estão sendo impressos os selos no final dos atos de notas, apenas constam os números dos selos, tendo sido determinado ao Delegatário do serviço providenciar a impressão do selo e respectivo QR Code ao final do ato, a fim de permitir a conferência.

Segundo o Oficial Registrador, os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões ao Sistema de Informação do Tribunal de Justiça, eis que o sistema da serventia foi configurado dessa maneira.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia não possui pendências de declaração de selos utilizados.

A serventia conhece o procedimento de retificações e cancelamentos de selos, que ocorre mediante o SIAE, porém ainda não precisou utilizá-lo.

O Titular da serventia garantiu verificar semanalmente o estoque de selos, a fim de evitar a descontinuidade.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia não possui pendências em relação ao recolhimento das taxas de fiscalização do FRJ e FRC.

Por ocasião da correição, foram apresentadas as Certidões Negativas de Débitos Estadual e Federal, tanto pelo CPF do Delegatário como pelo CNPJ da serventia; Certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT), tanto pelo CPF do Delegatário como pelo CNPJ da serventia; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da serventia, bem como apresentou o comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 meses.

O Delegatário informou sobre a existência de Execução Fiscal em desfavor da serventia, a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

qual tramita perante a 6ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém. A questão se refere ao fato de o município de Santarém exigir que o cartório cobre do usuário do serviço a comprovação do pagamento do imposto sobre a obra, com base no Código Tributário Municipal. No entanto, o pagamento do referido imposto é pressuposto para a emissão do “habita-se”, o qual é apresentado por ocasião da averbação da construção.

Sendo assim, cria-se um círculo vicioso, pois o município exige que o cartório cobre do seu cliente a comprovação do pagamento do imposto, com a imposição de multa e execução fiscal, e por outro lado o usuário do serviço representa contra a serventia na Corregedoria-Geral de Justiça.

Quanto ao FGTS, comprovou-se o recolhimento em relação apenas a 58 (cinquenta e oito) prepostos, entretanto, como foi informado acima, a serventia possui 67 (sessenta e sete) prepostos, fazendo-se, assim, necessário apresentar explicações sobre tal incongruência.

Em relação ao Provimento n. 149/2023 – CNJ, referente à prevenção de atividades de lavagem de dinheiro – ou a ela relacionadas – e financiamento do terrorismo, o próprio Delegatário é o Oficial de Cumprimento. O Titular da serventia garantiu que havendo indícios da prática de crimes dessas espécies, é feita a devida comunicação ao COAF; assegurou não ter recebido nenhuma requisição do COAF e asseverou que possui o cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145 do Provimento n. 149/2023 – CGJ.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Há 31 (três) profissionais de TI no cartório treinados na operação do sistema e das cópias de segurança, e ainda contam com o apoio da empresa Escriba.

Em relação ao Provimento n. 10/2021 – CGJ e ao Provimento n. 149/2023 – CNJ - Tratamento e Proteção dos Dados Pessoais – LGPD, o Delegatário indicou um preposto da serventia como encarregado para essa finalidade.

A serventia possui sistema de controle de fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro.

A serventia mantém política de privacidade que descreve os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade, para tanto.

A serventia disponibiliza no quadro de aviso as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado.

A serventia disponibiliza formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações, porém falta acrescentar o campo justificativa.

Quanto ao serviço de Registro de Imóveis, como afirmado anteriormente, a serventia utiliza o sistema Escriba, no qual consta o sistema Register, específico para registro de imóveis.

O protocolo é feito via sistema, sendo entregue um comprovante para o cliente e uma via fica na serventia, essa é colocada em uma pasta plástica junto com os documentos apresentados. Realizada a análise da documentação, se estiver tudo certo, é feita a cobrança dos respectivos emolumentos e praticado o serviço. No entanto, se faltar algum requisito, é apresentada Nota de Análise.

No momento da correição, verificou-se que o Livro Protocolo é encerrado diariamente, bem como são observados todos os requisitos do art. 175 da Lei n. 6.015/1973

De acordo com a Oficial Substituta, o sistema encerra automaticamente as prenotações dos títulos não registrados por omissão do interessado em atender as exigências legais, após o transcurso de 20 (vinte) dias úteis do seu lançamento no Livro Protocolo, conforme determina o art. 205 da Lei n. 6.015/1973.

O Indicador Real (Livro 4) e o Indicador Pessoal (Livro 5) constam em sistema. Realizada consulta, verificou-se que são disponibilizadas diversas ferramentas de pesquisa, tais como, por nome, CPF, CNPJ, RG, indicação fiscal, lote, quadra, etc.

A serventia utiliza o sistema de fichas, inclusive em relação aos atos praticados na gestão anterior.

Com relação aos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), foi informado que é concedida a redução de 50% (cinquenta por cento), isso quando o usuário do serviço provoca a serventia, ocasião em que é feita pesquisa em sistema através do Indicador Pessoal, para verificar se a pessoa possui outro imóvel em seu nome.

Todos os documentos correspondentes aos loteamentos e incorporações imobiliárias encontram-se arquivados em local destinado para essa finalidade. E na hipótese de não serem observados todos os requisitos, é apresentada Nota de Análise, onde já consta informação sobre a possibilidade de suscitação de dúvida, caso o cliente não concorde com as exigências.

Durante a correição, foi apresentada pasta contendo os comprovantes de remessa à Secretaria da Receita Federal das DOIs relativas ao ano de 2023.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos de sua competência mediante verificação na Escritura Pública, caso essa não mencione nada a respeito, é exigido o comprovante de pagamento do tributo ou certidão de isenção de tal obrigatoriedade.

A Oficial Substituta asseverou ainda não ter realizado nenhum registro de aquisição de imóvel rural por estrangeiro, bem como ter procedido a abertura de matrícula e registro de terras indígenas, porém afirmou ter conhecimento sobre as normas disciplinadoras das matérias.

Em correição, foi apresentada declaração da ONR referente ao pagamento do FIC/SREI do ano de 2023.

Durante a correição, foi relatado que é feita consulta ao banco de dados da Central de Indisponibilidade de Bens – CNIB, antes da prática de qualquer ato, até mesmo para emissão de certidão, tanto pelo nome do comprador como pelo nome do vendedor.

A Oficial Substituta afirmou que a serventia acessa constantemente a Central de Registradores de Imóveis, no portal Ofício Eletrônico (ARISP/ONR), a fim de verificar todas as solicitações existentes.

Assim como, garantiu que a serventia está em dia quanto ao transporte das imagens das matrículas para a ONR com seus atos devidamente atualizados. O transporte é realizado diariamente via webservice.

O Delegatário do serviço afirmou existirem 02 (duas) terras indígenas registradas. A primeira foi adquirida pela União e transferida aos indígenas. A segunda é de Bom Jesus do Tocantins, e os atos lá praticados à época são transportados por certidão.

Quanto ao cumprimento do Provimento n. 89/2019 – CNJ relativa ao Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – SREI, como afirmado anteriormente, todas as matrículas já foram digitalizadas e transportadas ao sistema em questão e se encontram disponíveis on line.

Por ocasião da correição, o Oficial Registrador foi orientado a emitir Nota de Exigência de forma clara e uma só vez, conforme determina o Provimento n. 007/2022 O CGJ.

O Titular da serventia apresentou o comprovante de recolhimento da cota de participação do FIC/SREI, tendo sido orientado a remeter à Corregedoria-Geral de Justiça via e-mail, no formato em PDF, o que foi devidamente observado.

Segundo o Oficial Registrador a Central de Indisponibilidade de Bens (CNIB) é acessada diariamente, no intervalo máximo de 02 (duas) horas, pelo escrevente responsável.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Até o momento da correição, a serventia ainda não havia adotado o Código Nacional de Matrícula, sob a justificativa de que o sistema Escriba ainda estava implementando.

De acordo com o Oficial Registrador, a serventia acessa diariamente a Central de Registro de Imóveis, no Portal Ofício Eletrônico, e atende as solicitações no prazo de 4 (quatro) horas.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia possui todos os livros, ou seja, de Escritura, Procuração, Substabelecimento e Testamento.

As certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias encontram-se digitalizados.

A serventia mantém fichas físicas de cartões de autógrafo e também as digitaliza.

Feita a análise, por amostragem, nos Livros de Escritura ns. 214, 241 e 248, não se constatou a existência de Escritura Pública lavrada há mais de 30 (trinta) dias, sem a assinatura de uma das partes interessadas.

A serventia encontra-se integrada ao Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

Assim como, já instituiu a Matrícula Notarial Eletrônica, consoante os termos do art. 295 do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

O Tabelião adota a biometria como forma de autenticação da presença do usuário na serventia.

No momento da correição, foi realizada busca pelo CPF de pessoas envolvidas em atos lavrados na serventia, tendo-se constatado que nem todos constam no Cadastro Único de Clientes do Notariado (CNN), conforme determina o Provimento n. 149/2023 – CNJ.

No momento da correição, não foram detectadas pendências junto à CENSEC.

O Tabelião asseverou realizar consulta no banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando nas escrituras e procurações o resultado da pesquisa e o respectivo código hash, bem como adverte as partes sobre as possíveis consequências advindas da pesquisa.

O Tabelião afirmou não ter lavrado Escritura Pública de Imóvel Rural envolvendo pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 (três) meses a contar da data da correição, que ocorreu em 12/09/2023.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, feita a análise, por amostragem, nos Livros de Escrituras Públicas ns. 220 e 228, não foi verificada a existência de Escritura lavradas há mais de 30



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

(trinta) dias, sem a assinatura de uma das partes.

A serventia já está integrada no Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, bem como já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

Em consulta à CENSEC, não se vislumbrou nenhuma pendência.

A Tabeliã Substituta afirmou que ainda não foi lavrada nenhuma escritura de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira na atual gestão, porém asseverou ter conhecimento sobre a legislação pertinente à matéria.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

**RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:**

- 01.** Informar o e-mail na identificação externa da serventia (item 8). **PRAZO: 30 DIAS.**
  
- 02.** Fixar os Alvarás de Funcionamento do Prédio no quadro de avisos da serventia (item 8). **PRAZO: IMEDIATO.**
  
- 03.** Proceder a impressão do selo e respectivo QR Code ao final dos atos praticados, para viabilizar a conferência (item 43). **PRAZO: 30 DIAS.**
  
- 04.** Esclarecer o motivo de recolher o FGTS de apenas 58 prepostos, sendo que a serventia possui 67 (sessenta e sete) prepostos (item 57). **PRAZO: IMEDIATO.**
  
- 05.** Providenciar um QR Code a ser fixado no cartório, levando à página para o Código de Ética com complice da serventia (item 74). **PRAZO: 15 DIAS.**
  
- 06.** Acrescentar o campo “justificativa” no formulário a ser preenchido por terceiros para obterem informações da serventia (item 75). **PRAZO: IMEDIATO.**

**- DOCUMENTOS EM ANEXO:**

Anexo I – Termo de Exercício do Delegatário

Anexo II – Portarias de Designação dos Oficiais Substitutos.

Anexo III – Certificado de Regularidade do FGTS e Certidões da Fazenda Estadual e Municipal



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Anexo IV – Alvarás de Funcionamento do Corpo de Bombeiros e Prefeitura.

Anexo V – Declaração da empresa Digi Quality Digitalização de Documentos.

Anexo VI – Comprovante de remessa de DOI.

Anexo VII – Comprovante de Recolhimento de FGTS.

Anexo VIII – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial.

Belém, data da assinatura eletrônica.

**LUCIO BARRETO**  
**GUERREIRO:8176**

Assinado de forma digital por  
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176  
Dados: 2024.02.05 13:48:55 -03'00'

**LÚCIO BARRETO GUERREIRO**

*Juiz Corregedor da CGJ*

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO  
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por MONICA  
CRISTINA DE AZEVEDO  
HONDA:57778698234  
Dados: 2024.02.15 09:50:56 -03'00'

**MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA**

*Assessora Jurídica da CGJ*